

# RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM

Período: 01/07/2017 a 30/09/2017 - 3° TRIMESTRE

# 1 – INFORMAÇÕES

PREFEITO: ERALDO DE ANDRADE SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE: ANA CRUZ DE ANDRADE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E FMDCA: EDSON ALVES DO

**NASCIMENTO** 

# 2 – INTRODUÇÃO

Em cumprimento o mandamento Constitucional, e as disposições da Lei Complementar n. ° 101/2000 realizamos o exame das despesas do Município de Boquim, relativas ao período de em 01/07/2017 a 30/09/2017, com o objetivo de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como o cumprimento das disposições legais pertinentes.

# 3 – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública e com as normas e procedimentos constantes na Resolução n. ° 206/2001, de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal n. ° 4.320/1964 Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;





- Lei Federal n. ° 8.666/1993 e alterações posteriores Institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;
- Lei Complementar n. ° 101/2000 Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dão outras providencias;
- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da secretaria do Tesouro Nacional.

## Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de cálculo;
- Exame de processos de despesas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo:
- Exame de procedimentos licitatórios e respectivos contratos e termos aditivos;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

# 4 - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

O Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 foi aprovado pela Lei Municipal  $n^{\circ}$  708 de 23/12//2013.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 foi aprovada através da Lei Municipal nº 781 de 30/06/2016, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal n°792 de 23/12/2016, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais)**, assim distribuídos:



TITULO	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	ARRECADADA NO PERÍODO	ARRECADADA ATÉ O PERÍODO
RECEITAS CORRENTES	R\$ 51.258.000,00	R\$ 11.023.028,82	R\$ 35.924.148,26
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.545.000,00	R\$ 246.627,88	R\$ 246.627,88
Dedução do FUNDEB	R\$ (4.803.000,00)	R\$ (935.716,38)	R\$ (3.330.965,17)
TOTAL	R\$ 48.000.000,00	R\$ 10.333.940,32	R\$ 32.839.810,97

### 5 - COMPARATIVO RECEITA X DESPESA LIQUIDADAS:

#### 5.1 – RECEITA X DESPESAS LIQUIDADAS

Demonstra a movimentação de recursos de natureza orçamentaria, bem como recebimento e pagamentos.

RECEITA	VALOR
ORÇAMENTARIA	R\$ 10.333.940,32
EXTRA ORÇAMENTARIA	R\$ 1.525.981,59
TOTAL	R\$ 11.859.921,91

DESPESA	VALOR
ORÇAMENTARIA	11.812.838,52
EXTRA ORÇAMENTARIA	1.237.444,28
TOTAL	13.050.282,80

#### 5.2 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 30/09/2017, importava em R\$ 2.832.516,90 (dois milhões oitocentos e trinta e dois mil quinhentos e dezesseis reais e noventa centavos), assim distribuídas:

TOTAL	2.832.516,90
Bancos c/ vinculada	2.388.531,60
Bancos c/ movimento	443.985,30
Caixa	0,00

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

Verificando o demonstrativo que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total de R\$ 2.847.653,72 (dois milhões oitocentos e quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos). As diferenças entre os saldos registrados na



contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informadas através das conciliações bancárias.

#### 6 - DESPESA

#### 6.1 – DESPESAS EMPENHADAS / LIQUIDADAS / PAGAS

A despesa empenhada aproximadamente no período atingiu o montante de R\$ 8.727.428,53 (oito milhões setecentos e vinte e sete mil quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos). O total de despesas aproximadamente liquidadas no período, decorrentes de empenhos deste trimestre e de meses anteriores, importou em R\$ 12.636.402,57 (doze milhões seiscentos e trinta e seis mil quatrocentos e dois reais e cinquenta e sete centavos). Do volume acumulados de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foram pagas aproximadamente neste período a importância de R\$ 11.812.838,52 (onze milhões oitocentos e doze mil oitocentos trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos) Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária:

Período	Empenhada (R\$)	Liquidada (R\$)	Paga (R\$)
Até o trimestre anterior	33.719.172,77	22.472.217,82	21.009.821,01
Neste trimestre	8.727.428,53	12.636.402,57	11.812.838,52
Acumulado	42.446.601,30	35.108.620,39	32.822.659,53

#### 6.2 – CRÉDITOS ADICIONAIS NO PERÍODO

Foram abertos no período créditos adicionais no montante de **R\$ 7.508.865,10 (sete milhões quinhentos e oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais e dez centavos)**. Para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

TOTAL	7.508.865,10
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Suplementares	7.508.865,10





### 6.3 – DOAÇÕES

No período em exame, considerando aproximadamente a despesa efetivamente liquidada, observase que a Prefeitura aplicou recursos da ordem de R\$ 112.837,76 (cento e doze mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos) com doações a pessoas carentes, assim distribuídos:

TOTAL	112.837,76
Material de Distribuição Gratuita	80.126,96
Auxílio Financeiro	32.710,80

Observamos a existência da Lei Nº 11 de 10 de Dezembro de 2003, que autoriza a destinação de recursos públicos para doações a entes privados, conforme estabelece o art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF);

Verificamos que os processos de despesa encontram-se, em linhas gerais, devidamente formalizados, contendo relação com identificação dos beneficiários, atestados de óbito (para os casos de doações de urnas funerárias/funerais) e receituários médicos (para os casos de doações de medicamentos).

### 6.4 – DIÁRIAS

No período foram concedidas aproximadamente diárias a servidores e agentes políticos no valor de **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais). Estas diárias vêm sendo pagas com base nos valores fixados no Decreto Nº 12 de 16 de Abril de 2015.

# 6.5 – SUBVENÇÕES

NÃO HOUVE.

#### 7 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

#### 7.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário para a atual legislatura foram fixados através da Lei nº 785 de 15 de Agosto de 2016, em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), R\$ 7.596,00 (sete mil quinhentos e noventa e seis reais), respectivamente.



#### 7.2 – DESPESA COM O PODER LEGISLATIVO

O total da despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses efetuados até o período em exame, atingiu o montante de R\$ 1.438.273,71 (um milhão quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e setenta e três reais e setenta e um centavos). Levando-se em consideração o valor já transferido e o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A da Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior), que equivale a R\$1.917.698,25 (um milhão novecentos e dezessete mil seiscentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos). O Poder Legislativo Municipal finalizou o exercício dentro dos limites legais.

#### 7.3 – GASTOS COM O ENSINO

### 7.3.1 – APLICAÇÃO NA MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Os gastos totais com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram aproximadamente, até o período em análise, o montante de R\$ 3.847.784,01 (três milhões oitocentos e quarenta e ste mil setecentos e oitenta e quatro reais e um centavo), equivalentes a 29,20% (vinte e nove vírgula vinte por cento) da receita resultante de impostos e transferências, conforme quadro abaixo:

GASTOS COM MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		
Receita de impostos e transferências	18.580.986,20	
Valor Aplicado na Manut. e Desenv. do Ensino	5.491.062,67	
Percentual aplicado	29,55%	
Superávit	845.816,12	

O valor aplicado até o período é superior ao limite mínimo estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal.

#### 7.3.2 - REPASSES PARA O MDE

O valor total repassado para a conta MDE (art. 4°, da Resolução TC n° 209/01) até o período em foi aproximadamente de **R\$ 2.262.586,58 (dois milhões duzentos e sessenta e dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)**. O valor repassado é superior ao total devido, conforme verificamos no quadro abaixo:



REPASSE PARA O MDE		
5% da arrecadação de transferências	833.446,97	
25% da arrecadação de demais receitas e impostos	478.011,72	
Valor total a ser repassado	1.311.456,69	
Valor repassado ao MDE	2.262.586,58	
Superávit	951.129,89	

#### 7.3.3 – FUNDEB

Do total da receita do FUNDEB aproximadamente arrecadada até o período, foram utilizados R\$ 12.033.043,44 (doze milhões trinta e três mil quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos) na remuneração de profissionais do magistério. Este valor equivale a 109,85% (cento e nove vírgula oitenta e cinco por cento) do total estimado arrecadado, estando, portanto de acordo com o que estabelece o art. 7°, da Lei Federal n° 9.424/96, conforme constatamos no demonstrativo abaixo:

GASTOS COM FUNDEB – 60%		
Receita do FUNDEB	10.953.761,91	
60% da receita do FUNDEB	6.572.257,15	
Valor aplicado na remuneração do magistério	12.033.043,44	
Percentual aplicado	109,85%	
Superávit	1.079.281,53	

#### 7.4 – GASTOS COM A SAÚDE

Os gastos totais da administração com ações e serviços públicos de saúde, até o período em análise, totalizou aproximadamente o montante de R\$ 2.745.462,06 (dois milhões setecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois reais e seis centavos), equivalentes a 14,78% (quatorze vírgula setenta e oito por cento) da receita resultante de impostos e transferências, conforme quadro abaixo:

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS D	E SAÚDE
Receita de Impostos e Transferências	18.580.986,20
Valor Aplicado em Ações e Serviços de Saúde	2.745.462,06



Percentual aplicado	14,78%

O valor aplicado aproximadamente até o período é inferior ao limite mínimo estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/2001.

#### 7.5 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL

A despesa total com pessoal aproximadamente até o período em análise, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2°, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) , encontra-se inadequada ao limite imposto pela referida legislação. Orientamos o gestor, inclusive junto ao TCE/SE, para que seja tomadas medidas a fim de regularizar o limite.

RECEITA CORRENTE LIQUIDA	49.772.838,59	
DESPESA COM PESSOAL	37.143.472,24	
PERCENTUAL	74,63%	
TERCENTONE	74,03%	

#### 8 - CONCLUSÃO

Pela análise dos documentos postos à nossa disposição, referentes ao período de Julho a Setembro de 2017, concluímos que os procedimentos adotados pelo órgão, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

ESTE É O RELATÓRIO Boquim/SE, 30 de Outubro de 2017

> Mariana Santos da silva Controladora Municipal CPF:026.547.025-02